

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Boston Consulting Group (BCG) foi a consultora seleccionada pelo Conselho de Administração para elaborar o plano de reestruturação da TAP. O PCP relembra que esta foi a consultora americana a quem David Neeleman, em 2016, “encomendou” o estudo “Project RISE: Transformar a TAP numa mais eficiente e ágil companhia aérea de bandeira”, um documento de enorme gravidade naquilo que ditava para o futuro da companhia.

Mais concretamente, o PCP ao analisar esse documento denunciou na altura os seguintes eixos na sua matriz: um projecto de redução da TAP, com uma projectada redução da qualidade do serviço – em particular nos voos de curta duração e no médio curso – que sobrevaloriza hipotéticas reduções de custos e ignora as perdas de receita que a descaracterização da TAP trará; um estudo que apontava para a redução de largas centenas de trabalhadores, com propostas de redução de rendimentos e direitos e com uma degradação das condições de trabalho; um projecto de reconfiguração da TAP às necessidades da Azul, indiferente ao interesse nacional e ao futuro da própria TAP; um estudo onde era visível a marginalização da Portugália.

Estávamos a falar de objectivos como: reduzir em 50/70 milhões de euros a remuneração das tripulações, através da renegociação dos Acordos de Empresa; redução das tripulações aos mínimos permitidos internacionalmente; redução dos seus tempos de descanso; aumento da polivalência; redução muito significativa da parte fixa dos salários e promoção da saída “voluntária” dos trabalhadores mais caros. Ainda a redução de 40/65 milhões de euros dos custos na área de passageiros e comercial, através da redução do nível de serviço, da redução da estrutura de vendas, da redução do preço pago à Cateringpor e da redução dos trabalhadores nas vendas.

Na área do handling, propunha renegociar o contrato com a Groundforce, procurando a degradação do serviço e a redução dos custos, apontando para níveis superiores de self service e apontando para o self handling na área de passageiros de Lisboa. No que diz respeito à manutenção, apontava para a separação entre a TAP e a sua Manutenção e Engenharia Portugal, para um crescente recurso ao outsourcing, questionava a oficina de motores em Portugal, colocava a possibilidade de alienar a UCS e as LFP (o que acabou por acontecer no caso das últimas).

Ainda quanto aos trabalhadores, para além de falar numa “estratégia para os sindicatos”, o estudo fazia um levantamento das possibilidades a utilizar para reduzir os postos de trabalho: despedimento “voluntário”, pré-reforma, reforma antecipada, não renovação dos temporários, redução do tempo de trabalho, licença sem vencimento, despedimento por extinção dos postos de trabalho, despedimento com justa causa e o despedimento colectivo 30 meses depois da privatização.

Por tudo isto ser demasiado grave e ter sido denunciado por várias entidades, a administração da TAP na altura acabou por dizer que não era para aplicar, apesar de vários aspectos do estudo terem sido aplicados ao longo dos tempos.

Relembramos que o historial de pouca credibilidade desta consultora, na altura em que foi chamada para elaborar o projeto Rise, já existia: quando realizou dois estudos sobre a rede Aeroportuária portuguesa, com conclusões opostas, mas ambas coincidentes com os desejos das distintas entidades adjudicantes – no caso, a ANA e a SONAE.

Assim, ao abrigo do disposto na linha d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do nº 1 do artigo 4º do regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo o seguinte:

1. Tendo o Governo conhecimento do historial desta consultora, que anteriormente denunciámos, e em concreto do projeto Rise por si elaborado depois dos privados entrarem na TAP, como encara o representante do Estado, acionista maioritário da TAP, esta escolha?
2. Sendo o Estado o accionista maioritário da TAP, qual o papel que teve o Governo na seleção da Boston Consulting Group (BCG) para planear a reestruturação da TAP?
3. O que pensa o Governo do sentido das conclusões do Projeto Rise elaborado para a TAP em 2016 pela mesma consultora agora seleccionada?
4. Considera o Governo que as medidas a tomar para o futuro da TAP neste contexto devem ser o da sua redução e descaracterização, assim como e redução dos rendimentos e direitos dos trabalhadores?
5. Perante todos estes factos, vai o Governo fazer alguma coisa para reverter a opção de ser a Boston Consulting Group (BCG) a planear uma reestruturação da TAP?

Palácio de São Bento, 21 de agosto de 2020

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)